

Operação Lava Jato e Luta de Classes

Vitor Wagner Neto de Oliveira¹

Resenha de: BIONDI, Pablo. *Operação Lava Jato e luta de classes: Forma jurídica, crise política e democracia liberal*. São Paulo: Sundermann, 2021, 288p

Desde as grandes manifestações de rua protagonizadas pela juventude em junho de 2013, iniciadas como reação ao aumento de R\$0,20 (vinte centavos) no valor da passagem no transporte coletivo, e que logo extrapolaram a pauta e a cidade de São Paulo, o país vive uma instabilidade político-social sem precedentes. As “jornadas de junho” são como um marco na histórica recente, mas não estão isoladas como detonadoras da crise política que não se fechou mesmo depois de duas eleições presidenciais, um *impeachment*, prisão e soltura de um ex-presidente. 2013 foi um ano também marcado pela elevação abrupta no número de greves, com salto de 127.6% entre os trabalhadores públicos e de 372,4% entre os trabalhadores de empresas privadas, quando se compara a 2012.² Vieram no rastro as manifestações que questionavam os investimentos públicos bilionários para os grandes eventos da FIFA e Olimpíadas, bem como a reação da direita nas ruas, nos bastidores do poder e nos órgãos de representação do capital. Isso tudo em uma conjuntura de intensificação da crise econômica, especialmente a partir de 2014.

A “Operação Lava Jato”, iniciada oficialmente em março de 2014, se insere neste contexto de crise econômica e política, e de acirramento da luta de classes. E só é possível compreender a fundo a dinâmica de atuação das personagens e instituições “lavajatistas” – que botaram em alvoroço parte dos responsáveis pela administração do capital –, como fenômeno inserido nessa conjuntura de crises e disputas nas altas esferas do poder. Não se trata de algo anômalo na democracia liberal, em que pese o ineditismo das ações quanto à forma e o alcance das operações capitaneadas pela Justiça Federal de 1ª Instância em Curitiba.

Ao seguir o melhor da tradição marxista de análise da política como manifestação da luta entre e intraclasse em relações de produção, reprodução e acumulação de capital, Pablo Biondi³ constrói uma ferramenta fundamental para se compreender a história recente do país, utilizando-se de uma tradição fundada nas obras de Marx que analisaram as lutas de classes na França na segunda metade do século XIX: *Lutas de classes na França* (1850), *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* (1852) e *A guerra civil na França* (1871). Guiado por essa herança, que inclui uma narrativa fluída e atraente, Biondi desvela os nervos que ligam as tramas da superfície, os fatos e as

¹ Professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

² DIEESE. Balanço das greves de 2013. *Estudos e pesquisas*. N.79, dezembro de 2015 <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>> (Acessado em 14/5/2018).

³ Doutor em Direito pela USP, professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

personagens à conformação das classes, frações de classes e estratos sociais. Personagens que agem por intermédio de instituições, públicas e privadas, para a manutenção da ordem liberal e de seus interesses, expressa em ações legais e ilegais, amparadas pela ordem jurídica constitucional e ou pela moral dos que operam as leis, mas, em última instância, *modus operandi* dos defensores da ordem do capital.

Neste trabalho de pesquisa minucioso, Biondi toma como interlocutores privilegiados não os “lavajatistas” e seus defensores, mas seus detratores. A opção pelo diálogo espinhoso, mas franco e até irônico com os intelectuais críticos do “lavajatismo”, não coloca Biondi no lado dos defensores da “República de Curitiba”. De forma brilhante, o autor baixa ao chão a falsa polarização que coloca de lados opostos moralistas anticorrupção e corruptos, “direita” e “esquerda”, liberais e intervencionistas, privado e público... Dicotomias superficiais que escondem, num mesmo manto, extremos que se encontram na defesa das instituições garantidoras da ordem do capital. Ao desmistificar a polarização, Biondi não se isenta de uma posição. Ela está presente desde o início, pois é o que garante a coerência do método na análise dos fatos. E a opção do autor, mais uma vez, não foi a do caminho aparentemente mais fácil, do simples redirecionamento da análise para os clássicos do marxismo. O método de análise e as teorias que os sustenta não estão *a priori*, mas se apresentam como urdidura na qual a trama se desvela.

A “Operação Lava Jato” é o objeto do livro, mas para compreender como este fenômeno recente foi possível, no Brasil, o autor faz todo um percurso que permite apresentá-la como parte da luta de classes. Para tanto, foi preciso desanuviar termos e conceitos poluídos pelos debates superficiais que abarrotam as redes sociais e a grande mídia, mas que surgem do embaraçoso pântano em que se encontra fauna imensa de esquerdas, reformistas, liberais, populistas, direitas, extrema direita...

No percurso seguido pelo autor, o primeiro passo é debulhar a complexa luta de classes no Brasil. Para tanto, o debate crítico se faz com as noções campistas de “esquerda” e “direita” as quais colocam em “campos” adversários organizações e personagens que, de fundo, não são contrapostos, noções homogeneizadoras de forças políticas e econômicas que são prenhes de conflitos e diferenças, tanto à “direita” quanto, especialmente, à “esquerda”. Desvela-se a impossibilidade de se cumprir o desejo das organizações e militantes reformistas de uma autocrítica do Partido dos Trabalhadores e o retorno deste a um suposto “compromisso com a esquerda”.

Tirado o véu do campismo, o autor desvenda as instituições jurídico-políticas no capitalismo, para compreender as ações lavajatistas. Aqui Biondi retoma algo que parece ter sido esquecido ou relegado pela maioria dos intelectuais, militantes e estudiosos das conformações sociais no capitalismo: a relação jurídica é a “forma social necessária” da relação econômica. O Estado, no capitalismo, ordenado juridicamente, é a manifestação de ordem política da ordem social do capital e por ele se reproduzem as “formas sociais do modo de produção capitalista” (p. 68). Contudo, o Estado não é mero brinquedo nas mãos da burguesia, pois impõe também a essa classe “exigências objetivas e coletivas do capitalismo” (p. 68). Mas a coerção do Estado não se dá de forma generalizada, pois mediada pela política é uma imposição às frações e grupos da classe

burguesa, a depender da conjuntura econômica e política que define a posição de comando do Estado a determinadas frações. Conforme Biondi, o que parece ter acontecido com os reformistas (militantes e intelectuais de partidos como o PT e PSOL) é que esqueceram desse caráter político do Estado, quando denunciam as “ações institucionais que contrariam suas expectativas”, por acreditarem em um Estado “capaz de assimilar qualquer conteúdo” (p. 71). Compreendidas as determinações jurídicas e políticas do Estado, o autor passa a dissertar sobre as práticas promíscuas na relação entre esferas pública e privada “que constituem o conceito de *corrupção*” (p. 73).

O passo seguinte da obra é a análise crítica da democracia liberal. Estudar a forma peculiar de estruturação desse regime político, o qual preconiza a separação entre poderes, o sufrágio universal e as liberdades civis e políticas, é exercício necessário para compreender aquilo que os reformistas parecem não enxergar: essa democracia tem uma funcionalidade para a manutenção da ordem do Estado liberal, portanto, para a ordem do capital. Para tanto, o autor faz um percurso dos clássicos do liberalismo às configurações atuais expressas na Constituição de 1988 no Brasil e às estratégias na operação de organismos de sustentação dessa ordem por parte de indivíduos, frações de classe e das classes sociais. Neste percurso, o autor destaca algo percebido pelos liberais estadunidenses nos debates ocorridos em 1787, quando da elaboração da Constituição Americana: “a proeminência do Legislativo sobre os demais poderes, principalmente sobre o Executivo” (p. 87). Na República, o equilíbrio não se dá entre os poderes, mas entre poderes: o governante que tem maior capacidade de sustentar (inclusive financeiramente) uma base de apoio no parlamento terá maior paz para governar.

Desmistificada a democracia liberal, pela exposição de seus elementos constitutivos, Biondi se atem a compreender o lugar do reformismo neste regime liberal. Um primeiro ponto a observar é a estreiteza do horizonte das organizações reformistas, limitadas centralmente às eleições, à conquista de mandatos no parlamento e no executivo, se enredando na estrutura de sustentação da ordem. Conforme Biondi, a democracia liberal “é um modo de existência concreta do Estado, o qual se impõe sobre os indivíduos para reproduzir as relações burguesas de produção” (p. 216). Contudo, essa produção e reprodução da ordem não se dá somente por vias legais. Governantes, gestores, legisladores, juizes, promotores... agem também na ilegalidade, conforme a conveniência: “O poder estatal, com efeito, possui uma vida oficial e uma vida secreta. Encantados com as posições que ocupam nos parlamentos e ministérios, os reformistas admiram-se com o espetáculo que se dá à luz do dia, chocando-se, de maneira pueril, quando vem à tona aquilo que se faz constantemente na calada da noite.” (p. 116).

Na sequência o autor passa a analisar a “reprodução política da sociedade burguesa” a partir da tríade “Estado, regime e governo”, aquilo que garante o funcionamento do capitalismo. O autor lança mão do conceito de “sistema político”, entendendo-o como as relações entre partidos políticos delineadas pela correlação de forças, “cuja estabilidade depende, em última instância, da saúde do regime político e dos rumos da luta de classes (tanto entre as classes como internamente à burguesia)” (p. 117). Biondi faz instigante análise das características dos partidos políticos a partir da atuação no parlamento, traçando paralelo entre o sistema político e o mercado capitalista. Já disseram outros que a política é a arte da negociação e o político hábil é o conciliador. E essa não é uma frase desconexa. A coexistência dos partidos políticos

na democracia liberal depende de negociação, no que estão implícitas as concessões recíprocas. Essa prática “padroniza a atividade política”, limita a “direita” e a “esquerda” ao jogo dentro das quatro linhas do sistema político de sustentação do capitalismo. A crise política, ou do sistema partidário, abriu espaço para ações do lavajatismo. Isso se deu nos marcos da democracia liberal e do tão propalado “Estado de direito”. Apegados às instituições desse Estado como se fossem o sumo de uma utopia democrática, intelectuais passaram a utilizar denominações como “bonapartismo”, “ditadura militar” e “fascismo” para o período pós 2016. Biondi finaliza o terceiro capítulo apresentando os elementos históricos desses conceitos, para desmontar o discurso de que estaríamos vivendo noutra regime político que não o da democracia liberal.

Até aqui Biondi desvela os conceitos que formam o subtítulo do livro: “Forma jurídica, crise política e democracia liberal”. O tema apresentado no título, “Operação Lava Jato e luta de classes”, é assunto central no quarto e último capítulo, a parte mais extensa da obra. Esse percurso foi necessário, uma vez que se compreende a “operação” como um fenômeno explicável na historicidade recente do país, no contexto de um acirramento das lutas sociais, primeiro, a crise política, em seguida, conjugada ao aprofundamento da crise econômica. Não é a Operação Lava Jato que explica acontecimentos como o *impeachment* de Dilma Rousseff, a prisão de Lula da Silva e a eleição de Jair Bolsonaro. Esses acontecimentos ocorreram na conjuntura de crise iniciada nas Jornadas de Junho de 2013, da mesma forma que a Lava Jato é uma manifestação da crise política e do conflito entre frações do capital: “um sistema submetido a certas pressões da forma jurídica e política do Estado, ainda que sob as mediações carreiristas e oportunistas do lavajatismo” (p. 142). O autor se propõe, então, a construir “uma síntese entre as determinações jurídicas e políticas pertinentes, de um lado, e os aspectos conjunturais da luta de classes e da acumulação capitalista no Brasil contemporâneo, de outro” (p. 141). Acontecimentos, discursos, manobras e artimanhas compõem a narrativa de Biondi que explica as opções e os posicionamentos das personagens (individuais e coletivas) neste fenômeno que colocou em polvorosa culpados, inocentados, atingidos e não atingidos pelas operações, réus, testemunhas, promotores, juízes, detratores e apologistas invólucros em redes de justificativas para se manterem vivos no mercado da política e dos negócios. Desmistificar heróis e vilões é preciso para compreendermos as atitudes e opções diante das determinações históricas. O culto à personalidade não ajuda nas leituras do passado e na interpretação das decisões do presente de pessoas públicas. Biondi desmonta mitos neste capítulo. Tarefa árdua no caso de Lula, tendo em vista a hegemonia desta figura na “esquerda”, tarefa um tanto mais simples no caso dos protomitos Bolsonaro e Moro. O autor encerra o capítulo discutindo a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, a ascensão de Sérgio Moro como superministro e a queda em seguida, e o desmonte da Operação Lava Jato. Essa história imediata, ainda em desenvolvimento, é resultante da história recente que teve como marco as Jornadas de Junho de 2013. Se explica nesta conjuntura de crise política e de crise econômica.

Quando o livro de Biondi foi publicado, em junho de 2021, as articulações na busca de firmar contratos políticos para as eleições presidenciais de 2022 ainda não

apontavam para o que se torna cada vez mais concreto: a aliança Lula – Alckmin, o mais novo “socialista” do PSB, sigla a alojar também expoentes do PSOL, como o deputado Marcelo Freixo. Penso que nem Biondi poderia imaginar esse caminho. Mas, novamente, é um desdobramento compreensível se analisarmos tanto a história brasileira recente, quanto a história política das frentes populares, frentes amplas, do reformismo e do stalinismo em âmbito mundial que alojam as organizações “socialistas” no ninho dos partidos da ordem.

O autor pouco estabelece relações do caso brasileiro com outros países, especialmente os latino-americanos. Mas devemos compreender que a Frente Popular no Brasil fora possível, também em outros países da América Latina, em vista de convergências históricas como: avanço dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores e da juventude que questionavam os planos neoliberais aplicados desde a década de 1990 no continente, e em alguns casos em vista da “crise de hegemonia” especialmente do lado da burguesia. Esses governos se fizeram e se mantiveram (ou se mantêm) enquanto há certo crescimento econômico. Nem sempre há relação direta entre economia e política, todavia, no caso brasileiro e de outros governos populares, a crise política foi filha da crise econômica. Enquanto houve crescimento econômico sustentado no comércio de *comodities*, enquanto a crise do capitalismo mundial não chegou com toda a força ao Brasil, a oposição da fração burguesa não tinha espaço para se impor. A partir do momento em que a taxa de lucro caiu a patamares de recessão, sem recursos para manter políticas compensatórias aos trabalhadores, pressionados pela burguesia a cortarem ainda mais dos pobres, e sem condições de manter a “paz social”, esses governos foram descartados. Mas, “haja o que houver”, Lula e o PT, “sai da derrota mais humilhante, tão imaculado como era inocente quando entrou na questão, com a convicção recém-adquirida de que terá forçosamente de vencer, não porque ele e seu partido deverão abandonar o antigo ponto de vista, mas, pelo contrário, porque as condições têm de amadurecer para se porem de acordo com ele.”⁴

Resenha recebida em 23.02.2022

Aprovada em 14.05.2022

⁴ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008 (Coleção a obra-prima de cada autor), p. 53.